

CORREIO NACIONAL

Tânia Régio/Agência Brasil



País registra cerca de mil assassinatos de mulheres

Lei do Femicídio completa 10 anos com desafios

A Lei do Femicídio completou dez anos de vigência no último domingo (09). Sancionada em 2015 pela então presidente Dilma Rousseff, a norma inseriu no Código Penal o crime de homicídio contra mulheres no contexto de violência doméstica e de discriminação.

Em outubro do ano passado, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei 14.994/24 e ampliou a pena para quem comete o crime. A punição, que variava entre 12 a 30 anos de prisão,

passou para mínimo de 20 e máximo de 40 anos.

De acordo com números do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (Sinesp), o Brasil registra cerca de 1 mil assassinatos de mulheres por ano.

O banco de dados é mantido pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), a partir de informações enviadas pelos estados à pasta. Até outubro de 2024, foram registrados no país 1.128 mortes por feminicídio no país.

500 mil casos de dengue

De janeiro a março deste ano, o Brasil registrou 502.317 casos prováveis de dengue. Durante o período, foram confirmadas 235 mortes pela doença, enquanto 491 óbitos permanecem em investigação.

O coeficiente de incidência no país, neste momento, é de 236,3 casos

de dengue para cada 100 mil habitantes.

Os dados são do Painel de Monitoramento das Arboviroses, do Ministério da Saúde.

De acordo com a plataforma, 55% dos casos prováveis de dengue registrados este ano foram entre mulheres e 45%, entre homens.

Cursos de formação da Enap

Começou na segunda-feira (10) o período de inscrição para os cursos de formação do Concurso Público Nacional Unificado (CPNU). Dos nove cursos previstos em edital, cinco são organizados pela Escola Nacional de Administração Pública (Enap) e quatro pelo Centro Brasileiro de Pesquisa

em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (Cebraspe).

As inscrições devem ser feitas na página das instituições organizadoras pelos candidatos que estão na lista final divulgada na sexta. Quem não realizar a matrícula dentro do prazo será automaticamente eliminado daquele cargo.

78 feridos graves em 2024

As atividades de exploração e produção de petróleo no país registraram 731 acidentes em 2024, de acordo com a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. Cento e oitenta e três pessoas ficaram feridas, sendo 78 com gravidade. Uma morte foi registrada. Os registros são superiores

aos observados em 2023, quando foram observados 718 acidentes, com um morto e 166 feridos (sendo 67 com gravidade). Os dados são do Painel Dinâmico de Incidentes em Exploração e Produção, da ANP, com base em comunicações de acidentes e relatórios de investigação.

Revalida 2025: locais da prova

Os candidatas da primeira etapa do Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos Expedidos por Instituição de Educação Superior Estrangeira (Revalida) de 2025 já podem acessar o cartão de confirmação da inscrição.

Entre outras informações, o cartão confirma o

endereço do local de prova, o número de inscrição, a data e os horários do exame. No documento consta ainda se o participante deverá contar com atendimento especializado ou tratamento por nome social. O documento pode ser acessado no Sistema Revalida.

Redução de espera no SUS

O presidente Lula deu posse ao novo ministro da Saúde, Alexandre Padilha, e a nova ministra da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República (SRI), Gleisi Hoffmann, nesta segunda-feira (10/3), no Palácio do Planalto. Na cerimônia, Padilha enalteceu o tra-

balho de reconstrução do ministério e do Sistema Único de Saúde (SUS) durante a gestão da ministra Nísia Trindade.

O novo ministro listou alguns dos seus compromissos, como atualizar a tabela SUS para melhorar as condições de atendimento.

Acesso de estudantes ao ensino técnico ampliado

Jovens em situação de vulnerabilidade terão auxílio de R\$ 200

O Ministério da Educação lançou nesta segunda-feira (10) em Natal (RN), o Programa Nacional de Promoção de Igualdade de Oportunidades para acesso de estudantes da rede pública de ensino à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, chamado de Partiu IF. O lançamento ocorreu durante o anúncio da criação da Rede Nacional de Cursos Populares (CPOP).

Este programa oferecerá aulas e atividades de reforço educacional a estudantes selecionados da rede pública, especialmente àqueles em situação de vulnerabilidade, para que acessem o ensino oferecido pela rede federal, que em 2024 tinha 685 unidades.

O objetivo da política é preparar os estudantes para as provas de seleção dos institutos federais e, desta forma reduzir, desigualdades educacionais. Em cerimônia na tarde de hoje, o ministro da Educação, Camilo Santana, adiantou que cada estudante terá a ajuda de custo para permanência no curso de R\$ 200 por mês, durante oito meses.

O programa Partiu IF pretende ampliar as oportunidades educacionais de acesso e perma-



Freepik

Este programa oferecerá aulas de reforço educacional a estudantes selecionados

nência na educação profissional técnica de nível médio. O foco será a recuperação das aprendizagens de estudantes que enfrentaram desigualdades étnico-raciais na educação.

O ministro Camilo Santana apontou que terão prioridade na seleção de alunos: os jovens negros, quilombolas, indígenas, pessoas com deficiência. Os estudantes ainda precisam ter renda familiar per capita de até um salário mínimo. Atualmente,

R\$ 1.518.

Para Camilo Santana, a questão é de equidade e justiça social na educação a todos os brasileiros.

“É uma forma de dar oportunidade para aqueles jovens que não estão bem preparados. Será um reforço para esse jovem do 9º ano se preparar para fazer a seleção para a prova do instituto federal”.

“Nós também vamos dar uma bolsa no mesmo valor do

Pé-de-Meia para os alunos que vão fazer o cursinho do Partiu IF em todo o Brasil”, destacou o ministro da Educação, Camilo Santana.

A iniciativa pretende preparar até 2027 cerca de 78 mil estudantes do 9º ano do ensino fundamental da rede pública que desejam ingressar nos cursos técnicos integrados ao ensino médio, oferecidos na rede federal. O investimento do MEC será de R\$ 463 milhões.

Brasil reforça urgência climática

Marcelo Seabra (Agência Pará)



Texto foi apresentado pelo embaixador André Correa

O presidente e a diretora executiva da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30), embaixador André Correa do Lago e Ana Toni apresentaram, nesta segunda-feira (10), uma carta com a visão brasileira sobre a cúpula que ocorrerá em novembro, em Belém (PA). O documento de 11 páginas reforça a importância da união entre os países para o enfrentamento de um desafio e preocupação comum a toda humanidade.

“A mudança é inevitável – seja por escolha ou por catástrofe. Se o aquecimento global não for controlado, a mudança nos será imposta, ao desestruturar nossas sociedades, economias e famílias”, destaca a carta.

Mais adiante, o documento aponta o caminho a ser seguido: a escolha dos países pela resiliência e pela ação para combater a catástrofe, o cinismo e o negacionismo. “Como nação do futebol, o Brasil acredita que podemos vencer “de virada”. Isso

significa lutar para virar o jogo quando a derrota parece quase certa”, destaca.

A carta é direcionada aos líderes e partes interessadas nas negociações da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC na sigla em inglês), segundo Correa do Lago, a intenção é que as ideias apresentadas extrapolem os 196 países-partes do tratado internacional e recebam a anuência, inclusive, de outras nações, reforçando um

verdadeiro “mutirão global”.

“Isso também é um chamado, essa carta, para esses outros atores, além dos negociadores e dos governos centrais”, afirma o embaixador.

Um exemplo citado no documento foi a união de países pelo fim da 2ª Guerra Mundial, consolidada na instituição das Nações Unidas. Desta vez, será necessário ganhar tempo na ação climática durante esta última janela de oportunidade, reforça.

“Quando nos reunirmos na Amazônia brasileira em novembro, devemos ouvir atentamente a ciência mais avançada e reavaliar o papel extraordinário já desempenhado pelas florestas e pelas pessoas que as preservam e delas dependem”, destaca sobre a importância de ouvir os povos tradicionais.

Na avaliação dos negociadores brasileiros, o Acordo de Paris é funcional, mas as negociações precisam se traduzir em ação e principalmente em resultados efetivos. Esse papel cabe aos formuladores de políticas nacionais e líderes políticos, que serão julgados no futuro caso não respondam com firmeza à crescente crise climática. “Não haverá liderança global no século 21 que não seja definida pela liderança climática”, diz a carta.

Para os negociadores brasileiros, a COP30 será o ponto de apoio para a alavanca que ganhará força nas medidas de cada nação em direção à solução do problema global.

STF

RJ segue sem permissão para receber apostas de fora

Por unanimidade, o Supremo Tribunal Federal confirmou decisão cautelar na Ação Cível Originária 3696 em que ministro André Mendonça determinou à Loterj e ao Estado do Rio de Janeiro que parassem de receber apostas esportivas de quota fixa (bets) feitas fora de seu território. O julgamento foi realizado na sessão virtual encerrada em 28/02.

Originalmente, o Edital de Credenciamento 1/2023 seguia a norma federal e exigia que as empresas interessadas em explorar as bets no estado tivessem sistema de geolocalização para garantir que apostas em tempo real fossem feitas somente no Rio de Janeiro.

TCU

Sistemas de prevenção e combate ao assédio

O Tribunal de Contas da União (TCU) analisa, na sessão plenária que está marcada para esta quarta-feira (12/3), auditoria que avaliou os sistemas e as práticas de prevenção e combate ao assédio nas universidades federais.

O trabalho foi realizado após aumento de 44,8% no número de processos julgados na justiça sobre assédio sexual, entre 2021 e 2023.

Sob a relatoria do ministro Aroldo Cedraz, a fiscalização abrangeu as 69 universidades federais e verificou que cerca de 60% delas não apresentam política institucionalizada ou plano setorial de prevenção e combate ao assédio.

TSE

‘Queremos a efetividade jurídica e social dos direitos’

A busca pela igualdade plena de direitos e por uma maior presença feminina nos diversos espaços de uma sociedade democrática é o tema de vídeo produzido pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, comemorado neste 8 de março. “Nós não estamos pedindo mais direitos; nós queremos a efetividade jurídica e social dos direitos”, afirma a presidente do TSE, ministra Cármen Lúcia, no vídeo.

A homenagem da Justiça Eleitoral destaca as vozes de mulheres de todas as idades que lutam para ampliar sua participação nos diversos espaços da sociedade,

STF

RS: fundo para enfrentar de eventos climáticos

O Supremo Tribunal Federal (STF) validou, por maioria de votos, trechos da lei estadual que criou o Fundo do Plano Rio Grande, voltado para o enfrentamento das consequências sociais, econômicas e ambientais das enchentes no Rio Grande do Sul. A decisão foi tomada na sessão virtual de 28/2.

As normas sobre o uso e a transparência dos recursos do fundo foram questionadas pela Procuradoria-Geral da República na Ação Direta de Inconstitucionalidade 7702. Entre outros pontos, a PGR contestava a validade da permissão para repasses de recursos do Funrigs a outros fundos públicos e a fundos privados.